

EICHMANN E A BANALIDADE DO MAL: ELEMENTOS PARA UMA PROSOPOGRAFIA

EICHMANN AND THE BANALITY OF EVIL: ELEMENTS FOR A PROSOPOGRAPHY

Leonardo Augusto PERES*

RESUMO: O método biográfico apresenta-se como uma ferramenta para elucidar, através da análise da trajetória de vida de Adolf Eichmann, o conceito de “banalidade do mal” (ARENDDT, 1999). Questiona-se se a biografia de Eichmann pode ser considerada modelo para os membros do partido nazista. Este trabalho desenvolve-se em três partes: um resumo dos argumentos em prol do método biográfico; uma breve descrição da trajetória de Eichmann; e uma análise do conceito de banalidade do mal, ponderando-se acerca do impacto da vida do ator histórico sobre ele. Conclui-se que há necessidade de um estudo prosopográfico mais extenso que leve a uma compreensão mais completa sobre o Holocausto.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia; prosopografia; Adolf Eichmann; banalidade do mal; Hannah Arendt.

ABSTRACT: The biographical analysis of Adolf Eichmann can help to elucidate the concept of “banality of evil” (ARENDDT, 1999). We wonder if Eichmann’s life trajectory can be considered as a model biography for members of the Nazi party. This paper is developed in three parts: a summary of the arguments favoring the use of biographical method; a brief description of Eichmann’s life; and an analysis of the concept of banality of evil, considering the influence of the historical actor’s life on it. In conclusion, this paper argues for a deeper prosopographical study, which will lead to a fuller understanding of the Holocaust.

KEYWORDS: Biography; prosopography; Adolf Eichmann; banality of evil; Hannah Arendt.

Introdução

O conceito de “banalidade do mal” causou polêmicas desde sua formulação, em 1963, por Hannah Arendt (1999). A inovação arendtiana foi transferir a responsabilização da atuação de Adolf Eichmann na organização logística do Holocausto de uma suposta maldade “especial” intrínseca ao membro do partido para, justamente, a extrema *normalidade* daquele ator. Chegando à conclusão de que Eichmann não era necessariamente “um monstro”, Arendt foi hostilizada por parcelas da comunidade judaica que julgaram a análise antissemita ou uma defesa das atitudes do nazista (BERKOWITZ, 2013). Assim, a interpretação acerca desse ator histórico tornou-se central no debate sobre as motivações para o Holocausto.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), linha de Política Internacional e Defesa. Pesquisador do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). Mestre (Universidade de Brasília), e Bacharel (Universidade Federal de Santa Maria) em Relações Internacionais.

Nesse contexto, este artigo procura compreender a influência da trajetória de vida de Adolf Eichmann sobre sua atuação no partido nazista e as consequências dessa relação para a formulação do conceito de banalidade do mal por Arendt (1999). Acredita-se na relevância explicativa da biografia desse ator sem, porém, se descartar que o contexto em que atuava – o Estado totalitário – também deve ser levado em consideração ao se interpretar a banalização das ações dos membros do partido.

As críticas à obra de Arendt (1999) reemergiram, coincidentemente, após o lançamento de uma cinebiografia sobre a autora (BERKOWITZ, 2013). A nova corrente de comentários admite que o conceito arendtiano esteja correto, mas discorda da análise que a autora fez de Eichmann, o qual os críticos julgam ter, de fato, uma personalidade caracterizada por maldade:

This time, a new critical consensus is emerging, one that at first glimpse might seem to resolve the debates of a half century ago. This new consensus holds that Arendt was right in her general claim that many evildoers are normal people but was wrong about Eichmann in particular (BERKOWITZ, 2003, s/p).

É nesse sentido que a análise biográfica de Eichmann deve ser compreendida como um elemento de uma prosopografia. Ressalta-se que o objetivo deste trabalho não é realizar uma investigação biográfica acerca de Adolf Eichmann, mas interpretar o uso que Arendt (1999) fez dela em sua formulação conceitual. A biografia, nesse sentido, pretende não apenas esclarecer elementos da vida do indivíduo pesquisado, mas revelar padrões de comportamento que tiveram impactos históricos significativos. Assim, considera-se a trajetória de Eichmann como um primeiro passo à elaboração de uma prosopografia dos líderes e membros do partido nazista. Considera-se que o desenvolvimento de tal projeto seria um importante teste à teoria de Arendt (1999) e um indicador de rumos para o debate crítico identificado por Berkowitz (2013) sobre ela, no sentido de que poderia apontar os traços biográficos e psicológicos comuns àqueles, levando a uma ponderação sobre as motivações para a banalização do mal, sejam estruturais, sejam individuais.

Para atingir seus objetivos, este trabalho está dividido em três seções que o desenvolvem: em primeiro lugar, debate-se a relevância metodológica do uso das biografias na investigação histórica e, em sentido mais amplo, social. A segunda parte problematiza a trajetória biográfica de Adolf Eichmann. Por fim, procura-se elucidar a influência dessa biografia sobre a formulação conceitual e teórica arendtiana.

A vida das grandes personagens históricas normalmente desperta interesse. Há quem se atente, também, à trajetória dos indivíduos privados. Assim, a utilização da biografia como ferramenta de estudo da História apresenta-se quase como natural. Bourdieu (2011), entretanto, aponta as dificuldades da utilização desse método: trataria a vida como uma sequência lógica de acontecimentos que se operam sobre um indivíduo com uma identidade contínua, representada, especialmente, por seu nome – a representação linguística constante de um ser em constante mutação. Tal tipo de representação, porém, não condiz com a realidade complexa e dinâmica da existência do indivíduo:

Producir una historia de vida, tratar la vida como una historia, es decir como el relato coherente de una secuencia significativa y orientada de acontecimientos, es quizás sacrificarla a una ilusión retórica, a una representación común de la existencia que toda una tradición literaria no ha dejado ni cesa de reforzar (BOURDIEU, 2011, p. 123).

Para o autor, portanto, a descrição da estrutura deve ser necessariamente anterior à compreensão sobre a atuação do indivíduo, que, além de estar dinamicamente alterando sua identidade, depende de suas relações nela e com ela para determinar suas decisões. É relevante que se entenda, portanto, “el conjunto de las relaciones objetivas que han unido al agente considerado – al menos en un cierto número de estados pertinentes – al conjunto de los otros agentes comprometidos en el mismo campo y enfrentados al mismo espacio de posibilidades” (BOURDIEU, 2011, p. 128).

O questionamento de Bourdieu (2011) se dá em um contexto de uma “crise de consciência histórica” (BURKE, 1998). Além de um enfraquecimento e de uma flexibilização dos conceitos utilizados na historiografia e de uma maior conscientização acerca dos variados pontos de vista a partir dos quais a História pode ser escrita, apresenta-se ainda, como elemento desse momento de questionamento do estudo histórico, a ocorrência de uma “crise de representação”: “historians are increasingly inclined to place reality between brackets and to concentrate on representations [...] they extend their idea of the real to include what is imagined” (BURKE, 1998, p. 15). Assim, admite-se que a história de vida de grandes personagens, tais como chefes de Estado ou outros líderes políticos, é uma fabricação, uma invenção. A narrativa histórica, portanto, estaria enfraquecida contemporaneamente.

Burke (1998) aponta, pois, a necessidade de uma revisão dos métodos historiográficos e de uma conscientização do trabalho de escrita histórica, de maneira a

atender às supracitadas críticas. Conquanto o autor sugira que o historiador acate os comentários acerca da relativização dos conceitos e admita que se devam considerar diversos pontos de vista acerca de cada fenômeno social, a resposta à crise de representação diz respeito à busca pela verdade: “Even if unmediated reality is inaccessible to us, it is at least be possible to show that some representations are further away from it than others” (BURKE, 1998, p. 18). Assim, mesmo com o poder que têm as representações e com as dificuldades de se avaliar a existência da “realidade”, o trabalho historiográfico tem, de acordo com o autor, o objetivo de adequar a representação o máximo possível ao que se considera “real”.

Nesse contexto de crise e conseqüente reforma do pensar historiográfico, Levi (1989) concorda com as dificuldades da utilização biográfica no estudo da História. As limitações desse método, segundo ele, advêm principalmente da ilusão de que os atores seguem um modelo determinado de racionalidade ao tomarem suas decisões. Pelo contrário, aponta o autor: a personalidade individual é permeada de oscilações, em resposta a alterações estruturais ou institucionais. Porém, a consciência acerca dessas novas ideias sobre o “eu” levou a uma busca pelo fortalecimento do método biográfico, por meio de diversos métodos que Levi (1989) classifica de acordo com uma tipologia: o apelo à hermenêutica na interpretação discursiva das biografias; a utilização de casos-limite para definir as margens do campo a ser estudado; a maior atenção ao contexto de vida dos atores, ao qual é atribuída importância explicativa. Destaca-se, porém, o método que considera a biografia individual como “modal”, compondo uma prosopografia:

Dans cette optique, les biographies individuelles n’offrent d’intérêt qu’autant qu’elles illustrent les comportements ou les apparences attachés aux conditions sociales statistiquement les plus fréquentes. Il ne s’agit donc pas de biographies véritables, mais plus exactement d’une utilisation des données biographiques à des fins prosopographiques. Les éléments biographiques qui prennent place dans les prosopographies ne sont jugés historiquement révélateurs que pour autant qu’ils ont une portée générale (LEVI, 1989, p. 1329-1330).

Uma trajetória individual, portanto, presta-se à ilustração de um comportamento típico, independentemente da veracidade da representação. Escapa-se, assim, da “crise de representação” apontada por Burke (1998), na medida em que não é a adequação da representação à realidade que é relevante, mas a compreensão do padrão comportamental e normativo social que a biografia tenta ilustrar. Cabe ressaltar a diferença entre biografia e prosopografia, conforme apresentada por Bulst (2007, p. 55):

“Enquanto a biografia visa o indivíduo; o interesse da prosopografia é o conjunto ou a totalidade, constantemente considerando o indivíduo nas suas relações com o conjunto”. Assim, a prosopografia depende de uma compreensão a partir de diversos elementos – frequentemente, iniciando-se por meio diversas biografias individuais. É nesse sentido que este artigo, ao considerar apenas a biografia de um indivíduo, a apresenta como *elemento*, ainda que preliminar, de uma prosopografia. É necessário dar início a esse tipo de análise, porém, visto que:

De uma maneira geral, podemos dizer que as estruturas políticas e sociais de certos grupos, fenômenos [...] não podem ser analisados com precisão sem o conhecimento prévio das pessoas. É apenas graças a esse conhecimento que é possível relacionar diferentes grupos [...]. O fato de que, neste contexto, as pessoas tenham moldado as instituições e tenham sido também por elas impregnadas (ainda que de maneiras bem diversas), deve ser levado em consideração em cada análise prosopográfica (BULST, 2007, p. 58).

A utilização da biografia no método prosopográfico, portanto, pode oferecer resultados interessantes a um estudo que busque compreender, por exemplo, as motivações de ações políticas e sociais, conforme apontam Agirreazkuenaga e Urquijo (2003). Os autores definem, ademais, este método:

La prosopografía se podría definir como un método de trabajo e investigación en el que privilegiamos una serie de características comunes en un grupo de actores históricos. El análisis seriado de sus vidas e intervenciones públicas nos permite obtener unas pautas de comportamiento o generalizaciones al tiempo que preservamos la influencia individual (AGIRREAZKUENAGA & URQUIJO, 2003, p. 1).

É imprescindível, portanto, uma compreensão complexa acerca da vida do ator histórico, em seus aspectos materiais, familiares, socioculturais, políticos, entre outros, em sua relação com a atividade pública. Apenas tal análise aprofundada pode revelar a dinamicidade da biografia individual, conforme a preocupação de Bourdieu (2011) e as generalizações necessárias à compreensão dos processos históricos objetivada pela prosopografia. É nesse sentido que se analisa, a seguir, a biografia de Adolf Eichmann, buscando, em sua trajetória de vida como analisada por Arendt (1999), maior entendimento acerca do conceito de “banalidade do mal”, cunhado pela autora.

A vida de Eichmann

Nascido em Solingen, na Alemanha, em 19 de março de 1906, Otto Adolf Eichmann era um dos seis filhos de Maria, cujo sobrenome de solteira era Schefferling, e Karl Adolf Eichmann. Quando Otto Adolf tinha sete anos de idade, seu pai, um contador da Companhia de Bondes e Eletricidade de Solingen, foi transferido para Linz, na Áustria. Três anos depois, Maria faleceu, e Karl Adolf logo se casou novamente. Cesarini (2011) ressalta que desde então se observa a influência de figuras de autoridade masculinas e mais velhas sobre Eichmann, o exemplo inicial sendo, justamente, seu pai. No entanto, mantinha-se isolado e afastado dos seus colegas e amigos da mesma idade, sendo caracterizado como solitário (REYNOLDS, 1961).

Otto Adolf teve uma relação complicada com a escola, o que, segundo Arendt (1999), causava-lhe infelicidade. Não terminou o ensino secundário e foi, portanto, matriculado em uma escola vocacional de engenharia, que também não concluiu. É relevante notar que Arendt (1999, p. 40) dá importância ao fato de que a retirada de Eichmann de ambas as instituições fora obra de seu pai: “Bem, os desastres eram comuns: como ele ‘não era exatamente um aluno dos mais estudiosos’ – nem, podemos acrescentar, dos mais dotados – seu pai o tirou primeiro da escola secundária, depois da escola vocacional, muito antes da formatura”. Adolf filho foi o único dentre seus quatro irmãos e sua irmã que não concluiu os estudos secundários. Cesarini (2011) adiciona que ele não se esforçava nem ia bem na escola, e a deixou sem obter qualquer qualificação.

Passou, pois, o resto de sua juventude trabalhando na área de engenharia e construção. Sua principal característica era o aprendizado de habilidades práticas no próprio trabalho, sempre sob a supervisão de seus superiores (CESARINI, 2011). Seu primeiro emprego foi na firma de mineração fundada por seu pai após este deixar seu trabalho na Companhia de Bondes e Eletricidade. A Eichmann coube um posto comum, de mineiro; não havia regalias, portanto, para o “pouco promissor” (ARENDR, 1999, p. 41) filho do chefe.

O que Adolf pai fez, porém, foi conseguir outro emprego para seu primogênito, na companhia *Oberösterreichischer Eketrobau*. Lá, trabalhou por dois anos, mas, como Arendt (1999) aponta, sem qualquer perspectiva de carreira. Seu único aprendizado nesse período, ainda segundo a autora, foi o de como realizar vendas. Em 1927 seus contatos familiares novamente intercederam a seu favor: um primo de sua madrasta lhe conseguiu trabalho como caixeiro viajante: “Os cinco anos e meio que passou na Companhia de Óleo a Vácuo devem ter sido os mais felizes da vida de Eichmann. Ele ganhava bem numa época de severo desemprego, e ainda morava com os pais, exceto

quando estava viajando” (ARENDDT, 1999, p. 42). Essa felicidade, entretanto, extinguiu-se entre os anos de 1932 e 1933, quando foi transferido de Linz para Salzburg e, posteriormente, demitido. Compreende-se ainda mais sua provável frustração ao se ter em mente que “Eichmann só estava preocupado com uma coisa: *sua carreira, seu progresso*. Queria fazer carreira, dobrar-se à disciplina, submeter-se, servir, receber ordens, dá-las” (HAROCHE, 2013, p. 107). São evidentes os desdobramentos dessas características sobre sua posterior carreira no partido nazista. Acerca da fase de sua vida que vai até o início dos anos 1930, portanto, conclui-se:

Little attention has been paid to Eichmann's work experience, but it had a significant bearing on his career in the SS [...] He had learned a lot, though: how to identify prime sites at communication junctions, how to timetable and organise deliveries, how to sell a product and persuade people to do your bidding (CESARINI, 2011, s/p.).

Duas versões apresentam-se para explicar a demissão de Eichmann da Companhia de Óleo a Vácuo (ARENDDT, 1999, p. 40): ocorreu por ser uma época de desemprego geral – logo após a crise iniciada em 1929 – e os homens solteiros, como ele, não gozarem de estabilidade empregatícia; e aquela oferecida pelo próprio Eichmann, que versava que fora motivada por ser ele um membro do partido nazista, tornado então ilegal na Áustria. Era notável já durante suas atividades como caixeiro-viajante, portanto, a atuação de Eichmann em prol das ideias nazistas:

Propagandista nazi infatigável, discorria com ênfase. Cada lata de óleo que vendia aos camponeses do Tirol ou aos garagistas de Salzburgo, era acompanhada de um embrulho contendo a literatura nacional-socialista que recebia de outros membros do partido nazi, disfarçados como ele de agentes comerciais (ALEXANDROV, 1961, p. 51).

Em 1932, pouco antes de sua demissão, Adolf Eichmann havia aderido – aos 26 anos de idade – ao partido nazista, no qual ascendeu ao posto de *Obersturmbannführer* (tenente-coronel), e “o fato de ter sido despedido [...] proporcionou a Eichmann um trabalho em tempo integral no Partido Nazista Austríaco” (REYNOLDS, 1961, p. 54). Primeiramente, Eichmann fez parte da *Schutzstaffel* (SS) após ter sido recrutado por Ernst Kaltenbrunner, amigo de seu pai. Reynolds (1961) destaca que Eichmann deve sua carreira a Kaltenbrunner, visto ter ele identificado seu potencial. Do contrário, Eichmann teria “vivido e morrido na obscuridade” (REYNOLDS, 1961, p. 54). Quando o partido se tornou ilegal na Áustria, foi transferido para a Alemanha, onde treinou tanto junto a uma tropa de exilados austríacos quanto no quartel da SS. Foi, também, desdobrado no campo de concentração de

Dachau, de onde, enfadado com o serviço militar (ARENDDT, 1999), candidatou-se a trabalhar na *Sicherheitsdienst* (SD), o Serviço de Segurança comandado pela SS e, posteriormente, pelo *Reichssicherheitshauptamt* (RSHA). Reynolds (1961) aponta que, em Dachau, Eichmann conheceu mais um mentor, Zikem, que considerou seu potencial e o incentivou a estudar e a se juntar à SD. “A princípio, seu trabalho era pouco mais que o de um escrevente, mas agora estava dominado por uma feroz compulsão de vir a ser algum dia um dos chefes da SS” (REYNOLDS, 1961, p. 55). Foi nesse escritório, portanto, que começou a ganhar notoriedade por ser perito na questão judaica, o que o rendeu transferências à Gestapo e à divisão de assuntos judaicos do RSHA:

Compreendeu que para subir mais teria que adquirir uma especialidade e foi suficientemente esperto para escolher a “questão judaica”. O homem que antes havia desdenhado a educação agora resolvia estudar toda a estrutura social judaica na Alemanha e nos demais países europeus, bem como a organização do sionismo. Leu todos os livros que pôde obter sobre assuntos judaicos e chegou a tomar lições, tanto de iídiche como de hebraico [...]. Em dois anos, sem dúvida, sabia tanto do sionismo e dos negócios internos dos judeus como qualquer estudante de ciência judaica (REYNOLDS, 1961, p. 58-9).

Nessa mesma época, Eichmann percebeu a importância, além desse conhecimento especializado, de um casamento para sua promoção nos quadros do partido. Em 1935, casou-se, portanto, com Veronika Liebel, após pedir autorização a seus superiores, por meio de uma carta que incluía um dossiê visando a confirmar a adequação de Liebel ao papel de esposa de um membro da SS, inclusive sua “pureza de raça”. Reynolds (1961) descreve a relação:

Frau Eichmann era uma *Hausfrau* típica, de acordo com a tradição nazista. Só se interessava por seu marido, seus filhos e sua cozinha. Deu-lhe três filhos: Klaus, Horst e Dieter. Conquanto o marido adorasse os três meninos, foi gradativamente perdendo interesse pela esposa, que não participava de sua vida social e política [...]. Não há dúvida quanto ao seu amor e orgulho pelos três filhos. Era politicamente vantajoso para um oficial da SS ter três filhos para dar ao Terceiro Reich (REYNOLDS, 1961, p. 58).

Adequando-se, assim, a seu crescente papel na SS, tanto em seus aspectos de habilidades e conhecimentos quanto em seus aspectos sociais, Eichmann alçou-se a posições de maior responsabilidade dentro da instituição. Após chefiar a divisão de assuntos palestinos e do Oriente Médio da SS, foi transferido, em 1940, para a chefia do escritório judaico da Gestapo, onde foi incumbido por Heinrich Himmler e Reinhard

Heydrich, altos oficiais nazistas, com a responsabilidade de executar os planos de Hitler de “solução do problema judaico” (REYNOLDS, 1961).

Arendt (1999) identifica três “soluções” que se tentou dar ao “problema judaico” durante o Holocausto: expulsão, concentração e assassinato. Eichmann teve papel relevante no desenvolvimento de cada uma dessas fases. Foi responsável, primeiramente, por criar verdadeiras linhas de montagem de expulsão dos judeus: galpões nos quais as vítimas entravam ainda possuindo seus bens e saiam não apenas sem eles, mas com toda a documentação necessária para que fossem realocados para outros países. Quanto à concentração, o escritório de Eichmann começou a elaborar um plano para reunir os judeus em algum lugar no leste da Europa. Como não havia recursos suficientes para se levar a cabo esse plano, a solução temporária foi levar os judeus aos guetos enquanto Eichmann tentava realocá-los permanentemente em Madagascar, programa que também não foi desenvolvido. Reynolds (1961, p. 89) destaca que “o fracasso do Plano Madagáscar fôra um golpe para o orgulho de Eichmann. Entregou-se com entusiasmo ao seu novo trabalho de extermínio. Já não se preocupava mais com emigração, expulsão e transplantação”. Assim, foi responsável, por fim, por organizar toda a logística dos transportes dos judeus dos guetos e de diversos países, principalmente da Hungria, para os campos de extermínio, após ter participado da Conferência de Wannsee, na qual os altos oficiais do partido nazista autorizaram a “solução final” (CESARANI, 2011).

Depois da guerra, Eichmann fugiu para a Argentina, onde viveu discretamente – sem abandonar, porém, o contato com outros membros do partido nazista (STANGNETH, 2014). Foi, finalmente, capturado pelo Mossad, o serviço secreto israelense, e levado a Jerusalém para ser julgado e, conseqüentemente, executado. Trinta anos depois de ter aderido ao partido nazista, foi enforcado em Israel, após um dos julgamentos mais controversos já registrados. Foi esse o processo que inspirou o relato e a análise de Arendt (1999).

A banalidade do mal

A observação e o relato da trajetória de Eichmann e do processo judicial contra ele feitos por Arendt (1999) levaram-na a elaborar o controverso conceito de “banalidade do mal”. A autora conclui sua obra afirmando que, a partir de sua interpretação do caso Eichmann, pode-se depreender “a lição que este longo curso de

maldade humana nos ensinou – a lição da terrível *banalidade do mal*, que desafia as palavras e os pensamentos” (ARENDDT, 1999, p. 274).

O objetivo de Arendt com essa análise, aponta Andrade (2010), é compreender o mal como uma possibilidade da liberdade humana, em detrimento de ser entendido como uma fatalidade ou como uma consequência da moral dos cidadãos alemães, seja individualmente ou em conjunto. Como afirma Haroche (2013, p. 106), “o mal como dependendo de considerações morais não parece nos permitir compreender verdadeiramente o comportamento de Eichmann”. Assim, “Hannah Arendt estava convencida de que o mal não tem raízes, não tem profundidade” (ANDRADE, 2010, p. 113), mas ainda assim tem consequências nefastas. Souki (2007) compartilha dessa interpretação, tanto no que diz respeito à profundidade do mal quanto no que tange à gravidade de suas consequências. Resume a autora: “Hannah Arendt pressupõe que o mal, ainda que não seja radical, possa ser, contudo, extremo” (SOUKI, 2007, p. 53). Conclui, ademais, que a superficialidade do mal, bem como sua banalidade, se apresenta como desafio ao pensar filosófico acerca deste objeto.

Cabe a ressalva, porém, de que a *banalidade* que caracteriza o mal na obra de Arendt não significa *normalidade*: “*banal* [...] não pressupõe algo que seja comum, mas algo que esteja ocupando o espaço do que é comum” (ANDRADE, 2010, p. 114). A banalidade não se encontra, portanto, no fato de o mal ser corriqueiro, mas na percepção e na aceitação compartilhada de que seja levado a cabo como se corriqueiro fosse. Esclarece Souki (2007, p. 55): “falar de uma banalidade do mal não é afirmar sobre sua essência, pois o mal, se é possível considerá-lo do ponto de vista ontológico, não é jamais banal [...] O banal aí se refere à sua aparência, como fenômeno que se dá a aparecer”. Duas características da sociedade de massa motivam a banalização do mal, de acordo com a interpretação de Andrade (2010) da obra arendtiana: a superficialidade dos agentes e a superfluidade das vítimas. A superficialidade faz com que os atores que perpetram o mal cedam a ele mais facilmente; a superfluidade humana advém da visão utilitarista da vida das vítimas.

Essas características, presentes nas sociedades de massa, são exacerbadas com a presença de um governo totalitário. Assim, o totalitarismo apresenta-se como uma variável permissiva relevante e catalisadora do processo de banalização do mal. A interpretação de Lafer (1988), por exemplo, aponta para o papel determinante que a gestão totalitária do Estado tem para a emergência do mal como elemento banal nesse tipo de administração estatal: “Num contexto totalitário não existe o senso intersubjetivo de comunidade nem, conseqüentemente, uma lógica de razoabilidade,

pois o senso comum vê-se dissolvido na insanidade” (LAFER, 1988, p. 179). Considera, assim o autor, embasado na análise arendtiana, o genocídio

[...] um crime burocrático insólito, engendrado pelo ineditismo da dominação totalitária que assume o ser humano como supérfluo e que tem, no campo de concentração, a instituição constitutiva do cerne do poder organizacional do regime. O genocídio, em outras palavras, não é uma discriminação em relação a uma minoria, não é um assassinato em massa, não é um crime de guerra nem um crime contra a paz. O genocídio é algo novo: um crime burocrático sem precedentes, cometido por pessoas “aterradoramente normais” como Eichmann. Estas nas circunstâncias da dominação totalitária não estavam agindo por inclinação para o mal radical, mas sim no exercício de uma capacidade profissional, numa época na qual a técnica tornara o assassinato em larga escala industrialmente fácil e asséptico (LAFER, 1988, p. 179).

É certo que a condição estrutural do totalitarismo fez do Holocausto um episódio de horror ímpar na história da humanidade. Porém, genocídios ocorreram antes da ascensão dos Estados totalitários em meados do século XX, e também após seu ocaso. Assim, a gestão totalitária é, como se afirmou, catalisadora e amplificadora dos impactos da banalidade do mal. Não é, porém, variável imprescindível ou que isoladamente explique o fenômeno – é necessário levar em consideração, também, outros elementos. Mesmo a interpretação de Lafer (1988) dá pistas acerca de um deles: o fato de que o Holocausto foi perpetrado por pessoas normais, no exercício de suas funções profissionais burocráticas. Nesse sentido, a ponderação acerca desses indivíduos torna-se fundamental para a compreensão do fenômeno em questão. A vida de Eichmann apresenta-se, assim, como biografia modal para uma prosopografia da banalidade do mal. A título de ressalva, porém, lembra-se aqui a mensagem de Villa (1999, p. 59-60) de que a tentativa de achar um indivíduo representativo ou tipo ideal (no sentido weberiano) de perpetrador do genocídio “necessarily does violence to a complex subject matter”. Assim, deixa-se claro que a compreensão individual não pode deixar de estar ligada a uma compreensão estrutural, cultural, enfim, multidimensional para o completo entendimento acerca de um fenômeno com a complexidade do Holocausto.

Com isso em mente, apontar-se-ão, aqui, alguns elementos da trajetória biográfica de Adolf Eichmann que se julga poderem ter influenciado sua adesão ao partido nazista e sua adequação à tarefa burocrática do Holocausto, que fez de seu trabalho de exterminar os judeus um empreendimento industrial. Em primeiro lugar, pode-se traçar um paralelo entre suas dificuldades com a linguagem – apelando apenas a

clichês e chavões – e sua incapacidade de pensamento crítico, refletidas durante o julgamento e observadas por Arendt (1999), com suas dificuldades escolares na infância. Talvez seja impossível determinar se as adversidades que enfrentava com o pensar e o expressar impediram Eichmann de ter êxito enquanto aluno, ou se sua incapacidade de completar os estudos é que fizeram com que lhe fosse penoso executar essas atividades. O fato é que, através de sua biografia, pode-se, desde jovem, identificar a ausência desses dois elementos, que segundo Arendt (1999) tornam a personagem inclinada à banalidade do mal: “Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de *pensar*” (ARENDR, 1999, p. 62). Sobre a relação entre o pensar e a banalização do mal, explica Lafer (2013):

O exercício da gratuidade do mal ativo, que leva a atos monstruosos cometidos por pessoas ordinárias é, avalia Hannah Arendt, fruto [...] de uma incapacidade de pensar dos que os perpetraram. Esta incapacidade corre o risco de generalizar-se e é extrema (por isso é perigosa), mas não profunda (por isso é banal). Tem, no entanto, o potencial de irradiar-se como um fundo rasteiro e nefasto, que pode espalhar-se pelo mundo, destruindo-o (LAFER, 2013, p. 33).

No mesmo sentido, Felício (2005, p. 538) conclui que “a banalização do mal se deu em detrimento da faculdade de pensar, atividade que, segundo [Arendt], nos conduziria à profundidade”. Assim, a banalidade do mal seria superficial e sem raízes sólidas, seja na tradição filosófica ocidental, seja em qualquer forma de pensamento racional ou lógico. As consequências são claras: “essa ausência de pensamento induz ao conformismo e à alienação” (FELÍCIO, 2005, p. 541). Este é o primeiro sentido no qual a biografia de Eichmann é modal para uma prosopografia:

A constatação que o mal não tem raízes e de que esse ‘desenraizamento’ estaria intimamente conectado com a ausência de pensamento, foi o que levou Arendt a considerar Eichmann o exemplo perfeito de um homem incapaz de pensar, um homem banal, superficial, capaz apenas de usar clichês. Ao procurar por meio de Eichmann alguma profundidade que trouxesse à tona o mal, que alcançasse suas raízes, Arendt se deparou com um abismo, uma manifestação do mal que não se enraizava em nenhum motivo mau, em nenhuma ‘vontade maligna’. Esta era a ‘banalidade’, a banalidade de Eichmann, a banalidade do mal (FELÍCIO, 2005, p. 538-539).

Entretanto, Villa (1999) alerta contra a interpretação de que a banalidade do mal advém de qualquer lapso no pensamento de Eichmann e, ao mesmo tempo, qualifica a possibilidade de generalização do conceito como explicação do Holocausto:

“The banality of evil’ named *Eichmann’s* evil, not the evil of the perpetrators or the Holocaust in general” (VILLA, 1999, p. 41). A autora lembra que o conceito foi uma formulação conceitual advinda da observação de Arendt (1999) de *um* julgamento, e que seu objetivo era, justamente, reportar esse julgamento, e não prover uma explicação global do Holocausto. No entanto, deve-se levar em consideração que a própria Arendt (1999, p. 38) afirma que “Eichmann era efetivamente normal na medida em que ‘não era uma exceção dentro do regime nazista’”. Portanto, cabe a generalização: as observações de Arendt “obviously have a wider province. She sees the former as characteristic not only of Eichmann, but of German society at large” (VILLA, 1999, p. 52). Pode-se extrapolar, mesmo, à sociedade moderna como um todo, não apenas à alemã. Assim, Eichmann é típico, modal, no sentido de que incorpora essa característica social – ainda que, segundo Villa (1999), dentre os perpetradores do Holocausto haja também, aqueles movidos por sadismo, fanatismo e um desejo cego de violência.

Quanto à questão das supostas falhas de pensamento de Eichmann, Villa (1999) também adverte:

It is certainly not the case that Arendt viewed him as a thoughtless automaton, a robotlike cog in a bureaucratic machine prepared to supply the means to any end whatsoever. Nor did she think that he lacked a conscience and was, therefore, if not a robot, a beast beyond the pale of a common humanity. Rather, Arendt insisted upon Eichmann’s humanity and his possession of a conscience, albeit one that failed to operate in the “normal” fashion expected by the judges and assumed by the law (VILLA, 1999, p. 46).

Esta autora se foca, assim, não nas deficiências de *pensamento* de Eichmann, mas nos problemas de *consciência*, de distinção entre o certo e o errado, presentes não apenas no indivíduo, mas em uma sociedade dominada pelo totalitarismo nazista. Os perpetradores como Eichmann não eram, pois, ignorantes ou obtusos – e o rigor e eficiência com os quais executaram sua missão demonstram isso. O problema foi a falta de objeção de consciência ao objeto de suas tarefas, devido ao processo de normalização de suas consequências nefastas. A banalidade, afinal, não se refere aos indivíduos, mas ao *mal*. Encontram-se, aqui, o sistêmico e o individual. O “novo tipo de criminoso” arendtiano não é caracterizado meramente por sua burocracia, mas pela participação em crimes legalizados por um regime totalitário:

The “new type of criminal” represented by Eichmann is neither a party fanatic nor an indoctrinated robot. Rather, he is the individual who participates willingly in the activities of a criminal regime, while viewing himself as insulated from any and all responsibility for his actions by both organizational structure and the law. Through such

self-deception (and the “remoteness from reality” it promotes), an individual can successfully avoid ever confronting the question of the morality of his actions. As the case of Eichmann amply demonstrates, where “a law is a law”—where, in other words, thoughtlessness reigns—the faculties of judgment and moral imagination atrophy and then disappear (VILLA, 1999, p. 52).

Outra característica que a biografia de Eichmann aponta desde sua infância, em especial de sua relação com o pai, e que pode ter sido fundamental em sua ligação com o partido, é a necessidade de subserviência a figuras masculinas de autoridade. Integrar uma instituição altamente hierarquizada certamente atenderia a essa ânsia; e em última instância, Hitler apresentava-se como a figura de autoridade por excelência:

Pode ter estado errado do começo ao fim, mas uma coisa está acima de qualquer dúvida: esse homem conseguiu abrir seu caminho de cabo lanceiro do Exército alemão até Führer de um povo de quase 80 milhões [...]. Bastava o seu sucesso para me provar que eu devia me subordinar a esse homem (EICHMANN *apud* ARENDT, 1999, pp. 142-3).

Essa possibilidade de ascensão social, segundo Souki (2007), também chamava a atenção de Eichmann, que, impossibilitado de seguir carreira na área de engenharia, como seu pai, por ter sido, em um contexto de crise econômica, demitido de seu trabalho; e por ter sido, dentre seus irmãos, o único a não terminar os estudos, Eichmann almejava destacar-se de algum modo – e um posto de oficial de alta patente no partido nazista poderia ser, a seus olhos, o caminho a trilhar. Foi por meio do nazismo que Eichmann buscava ser um “homem normal” em uma sociedade crescentemente massificada pelo mesmo sistema capitalista que, em um de seus diversos momentos de crise, havia retirado de Eichmann outras oportunidades de “normalidade”:

Ora, quem são esses ‘homens normais’ que, na perspectiva de Arendt, são as figuras paradigmáticas da sociedade contemporânea? Eichmann seria o paradigma do homem de massa, um prisioneiro da necessidade, o animal *laborans* preso a uma vida social ‘gregária’, sem noção de pertinência a um mundo. A vida social ‘de massa’, mas ‘sem mundo’ devora, ao mesmo tempo, a vida privada e a vida política (FELÍCIO, 2005, p. 540).

Eis outro elemento pelo qual a biografia de Eichmann é modal: sua busca por uma normalidade em um sistema em constante crise, sua massificação, sua necessidade de pertencimento ao cotidiano desse sistema. Adorno (2013, p. 92) complementa notando a conclusão de Arendt ao analisar a ascensão da sociedade de massa na Europa,

caracterizada por sua “mais resoluta indiferença pelos negócios públicos e pela política”. Assim, a competição e o consumismo burgueses levam a uma apatia à *res publica*, cujo principal sintoma é, de acordo com Adorno (2013), uma “anestesia moral” que havia tomado conta da sociedade alemã durante o Terceiro Reich, possibilitando sua política de extermínio devido aos seguintes “ingredientes”:

[...] mentira organizada, massas indiferentes à vida pública e à política, indiferença mordaz em relação à morte e desprezo cínico em relação à vida e ao outro. Neste contexto, não há mais como diferenciar o certo do errado, o justo do injusto. As bases da moralidade pública falecem, a justiça torna-se quimera, o bem e a virtude confundem-se com o mal. Foi aquela associação – mentira e indiferença – que fomentou o impensável: a solução final para o que a eficiente organização dos comboios sob o comando de Eichmann em direção ao campo de concentração, às câmaras de gás e ao extermínio se fez tecnicamente necessária (ADORNO, 2013, p. 93).

Por certo, outros elementos da vida de Eichmann também demonstram sua propensão à burocratização e à ausência de pensamento que o tornaram exemplo por excelência do comportamento do funcionário nazista que auxiliou a consecução do Holocausto. Como se citou, por exemplo, sua busca constante por participar de grupos, ilustrada por sua dúvida entre juntar-se à maçonaria ou à SS no início dos anos 1930. A conclusão, porém, seria a mesma: Eichmann era um homem normal, que prezava por sua família e sua carreira, e não o monstro que se imaginava. E justamente sua normalidade que possibilitou que Arendt (1999) afirmasse que, durante o Holocausto, o mal havia se banalizado.

Considerações finais

Novas concepções sobre a vida e o papel de Eichmann no Holocausto começam a surgir, buscando confrontar a interpretação de Arendt (1999) ou refiná-la. Stangneth (2014), por exemplo, alega que a personagem apresentada no julgamento em Jerusalém foi uma criação de um Eichmann muito mais ativo e consciente do que aquele retratado pela filósofa – um nazista que ainda se comunicava e se articulava com seus colegas de partido, mesmo exilado na Argentina. Arendt, alega aquela autora, teria sido iludida pela máscara vestida pelo réu.

A personalidade ou as reais intenções de Adolf Eichmann, porém, não mudam o resultado de suas ações. O Holocausto ocorreu, seja por sua personalidade burocrática, seja por seu antissemitismo arraigado. A análise arendtiana da banalidade do mal

também não se invalida: a maldade apresentou-se, em larga escala, banal sob o nazismo, independentemente de assim a ser considerada por um ou outro membro do partido. A análise da biografia de Eichmann pode revelar nuances sobre como se deu o processo decisório e de execução tanto da “solução final” quanto das “soluções” anteriores, possibilitando, pois, que se contribua para o êxito do esforço dos estudos sobre o genocídio e o Holocausto, qual seja, o de evitar que outras catástrofes dessa magnitude se repitam.

O método prosopográfico, desta feita, apresenta-se como uma ferramenta bastante útil para tal missão: compreender as pessoas responsáveis pelo Holocausto, além de Hitler ou Himmler, dentre outros, mas aqueles de escalões relativamente mais baixos, responsáveis pela operacionalização do plano, significa compreender o Holocausto em si. O levantamento de outras biografias e a comparação à de Eichmann permitiriam, assim, estabelecer se a vida deste se apresenta como modal do funcionário nazista médio, ou se ele foi, de fato, um dos grandes responsáveis pelo acontecido devido a sua maldade intrínseca. De qualquer maneira, não se pode negar a responsabilidade de Eichmann nas atrocidades cometidas. Deve-se, pois, tentar entendê-lo, para que a compreensão acerca do ator complemente àquela acerca da estrutura, de modo a elucidar as características do fenômeno, facilitando, assim, que se previna sua repetição.

Referências

ADORNO, Sérgio. A banalidade da violência contemporânea: o problema da anestesia moral. In: BREPOHL, Marion (org.). **Eichmann em Jerusalém 50 anos depois**. Curitiba: UFPR, 2013, pp. 79-101.

AGIRREAZKUENAGA, Joseba & URQUIJO, Mikel. La prosopografía, una aproximación a la verdad histórica desde los actores. La prosopografía, una historia desde los actores. **Papers del Museu d’Història de Catalunya**, Leioa, 2003.

ALEXANDROV, Victor. **Seis milhões de mortos: a vida de Eichmann**. Lisboa: Estúdios Cor, 1961.

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, jan-abr 2010, pp. 109-125.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BERKOWITZ, Roger. Misreading 'Eichmann in Jerusalem'. **The New York Times**, 7 de julho de 2013. Disponível em <<https://opinionator.blogs.nytimes.com/2013/07/07/misreading-hannah-arendts-eichmann-in-jerusalem/>>, acesso em 03/05/2017.

BOURDIEU, Pierre. La ilusión biográfica. **Acta Sociológica**, n. 56, set-dez 2011, pp. 121-128.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. Tradução de Cybele Crossetti de Almeida. **Politeia: Hist. e Soc.**, v. 5, n. 1, 2005, pp. 47-67.

BURKE, Peter. Two Crises of Historical Consciousness. **Storia della Storiografia**, n. 33, 1998.

CESARINI, David. Adolf Eichmann: the mind of a war criminal. **BBC History**, 17 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/genocide/eichmann_01.shtml>, acesso em 03/05/2017.

FELÍCIO, Carmelita Brito de Freitas. Do mal radical à banalidade do mal: entre Kant e Arendt. **Fragmentos de Cultura**, v. 15, n. 3, mar. 2005, pp. 531-546.

HAROCHE, Claudine. Crueldade da personalidade totalitária, crueldade da personalidade ilimitada. In: BREPOHL, Marion (org.). **Eichmann em Jerusalém 50 anos depois**. Curitiba: UFPR, 2013, pp. 103-124.

LAFER, Celso. **A ruptura totalitária e a reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com Hannah Arendt**. São Paulo: Rumo Gráfica Editora, 1988.

LAFER, Celso. Reflexões sobre a atualidade da análise de Hannah Arendt sobre o processo Eichmann. In: BREPOHL, Marion (org.). **Eichmann em Jerusalém 50 anos depois**. Curitiba: UFPR, 2013, pp. 17-33.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, vol. 44, n. 6, nov-dez 1989, pp. 1325-36.

REYNOLDS, Quentin. **Ministro da morte: o caso Eichmann**. Porto Alegre: Globo, 1961.

SOUKI, Nádia. O problema do mal em Hannah Arendt. In: **A banalização do mal: significado e representação**. Anais do II Simpósio Internacional de Teologia e Ciências da Religião. Belo Horizonte: PUC-MG, 2007.

STANGNETH, Bettina. **Eichmann before Jerusalem: the unexamined life of a mass murderer**. Nova York: Alfred A. Knopf, 2014.

VILLA, Dana R. **Politics, Philosophy, Terror: Essays on the Thought of Hannah Arendt**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

Artigo recebido em 03/05/2017

Aceito para publicação em 28/11/2017